

5

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE 2022**

ATA NÚMERO DOZE

10 Aos nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa o 1º Secretário, José Manuel de Almeida Couto, e a 2ª Secretária, em exercício, Dália Miranda Eira. -----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, 20 Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria de Fátima Alves Menezes Figueiredo, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim Silva Teixeira, Vítor da Silva Pereira Canastro, Carla Maria Rodrigues Costa, Joaquim Moreira Barbosa, José Fernando Santos Almeida, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, Luís Miguel Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto 25 Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro. -----

Faltaram os seguintes deputados municipais: Ana Luísa Ferreira, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Vânia Maria Melo Rocha; Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, João Pedro Martins, Filinto Virgílio dos Ramos 30 Lima, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Abílio da Silva Ferreira; Joaquim António Dias Tavares, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Manuel Benjamim Soares; Filipe da Silva Lopes, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Joaquim José Pereira da Silva; Manuel Paulo de Jesus Lopes, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Mário Vicente Reis; Rui Pedro Fernandes 35 Teixeira, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Aurora Marina Teixeira; Tiago Filipe da Costa Braga, que justificou a falta, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, que justificou a falta, sendo

5 substituída pelo elemento disponível, Pedro André Silva Dantas e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Sandra Santos Pereira. -----

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores Vereadores: José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia, José Joaquim Cancela Moura e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira.-----

Esteve ausente a senhora Vereadora Marina Raquel Lopes Mendes. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu nota de que, até ao início dos trabalhos, não houve inscrições do público. Transmitiu os cumprimentos do munícipe senhor Manuel Cruz que, por motivos alheios à sua vontade, não poderia estar presente como era sua intenção, enviando a todos um cordial abraço. -----

2.1. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Aprovação de Redefinição do Estatuto dos Sapadores, passando à condição de Batalhão, criando-se assim, o Batalhão de Sapadores Bombeiros de Vila Nova de Gaia”.-----

Senhora Deputada Luísa Ferreira (BE), na sua intervenção, teceu diversas considerações relativamente ao ponto em discussão, o qual o BE apoia, questionando qual a perspetiva de articulação entre as diversas corporações de Bombeiros e se o investimento definido para a corporação profissional poderá vir a traduzir-se em implicações redutora do apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, conforme documento em anexo (Vide anexo nº1).-----

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD), relativamente a este Ponto, começou por dizer que o Grupo Municipal do PSD iria aprovar a Proposta. Contudo, explicitava algumas questões relativas às principais vulnerabilidades do documento. Este tece uma série de considerações, nomeadamente, sobre o número e tipologia de ocorrências registadas no território de Vila Nova de Gaia e depois parte para aquilo que é uma componente conclusiva ("Conclusões") sem proporcionar explicações que originaram essas conclusões, o que é um erro metodológico básico. Perguntou, ainda, quem foi ouvido por parte da Câmara Municipal para a execução deste documento.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse ao senhor Deputado que foram auscultados o senhor Comandante dos Bombeiros, o programa eleitoral, o senhor Vereador do Pelouro, as

5 Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e a sociedade civil. Acrescentou que o senhor Presidente para a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil esteve em Vila Nova de Gaia, tendo sido feitas abordagens a nível do Comando Distrital de Operações de Socorro (CODIS) e outras a nível do espectro da Proteção Civil a nível nacional, deixando alguns esclarecimentos.-----

10 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** disse deduzir que fosse essa a resposta, de qualquer forma, questionava o porquê de passar de 125 para 200 operacionais, a médio prazo, quais foram os rácios que tiveram.-----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** referiu que a Lei não prevê rácios, foi definido um espectro de 2 recrutas, tendo em conta a média de 30 membros de recruta, potenciais Bombeiros Sapadores em cada recruta, presumindo que serão feitas 2, uma a começar este ano e outra em 2024, chegar-se-á com 60 ao número redondo dos 200.-----

20 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** disse não lhe ter sido respondido à questão colocada, pois a Lei não prevê, nem tem que prever, rácios, dando como exemplo o ratio relativo ao número de camas de internamento em Psiquiatria por 100.000 habitantes. Portanto, equacionou que também deve haver rácios relativos ao número de bombeiros necessários em função do número de ocorrências, área e número de habitantes, etc. Perguntou se o Senhor Presidente sabia qual era o número médio de ocorrências por dia, em 2020, no concelho de Vila Nova de Gaia.-----

25 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** referiu que a perguntas assim diretas não conseguia responder, que compilaria tudo e depois responderia. Não alimentaria uma discussão que nada tem a ver com o que de facto está a ser discutido. Questionou o senhor Deputado qual a diferença entre os 200 ou 180, 220.-----

30 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** disse que queria ser rigoroso e perceber o porquê dos 200, não estando a contestar o número, mas a pretender saber, apenas, porque é que chegaram a este número de 200. Referiu o número médio de ocorrências em 2020 e a forma como o calculou referindo, ainda que os Bombeiros Sapadores não se ocuparam apenas com as ocorrências, mas também com outras atividades como a formação. Embora tenha a preocupação da senhora Deputada Luísa Silva, disse esperar que, ao contrário do que temia a senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva, esperava que este aumento do número de Sapadores contribuísse, não para a degradação dos Bombeiros Voluntários, mas a melhoria dos próprios Voluntários. Ou seja, espera que os Bombeiros Voluntários usufruam do upgrade da passagem dos Sapadores de Companhia a Batalhão.-----

35 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** referiu que se tivesse a prerrogativa de fazer perguntas, e pode porque trata-se de um debate político, questionaria com quem tinha falado para hoje vir com esta intervenção. Enquanto Presidente da Câmara Municipal falou com todos aqueles que já

5 referiu. Questiona se a intervenção do senhor Deputado foi suficientemente ancorada para não ser apenas uma diversificação de abordagem aquilo que hoje, neste momento, central, sendo que à posteriori explicaria aquilo que é central para Vila Nova de Gaia. Os 200 recrutas que estão a prever nos Sapadores, até ao final do Mandato, são 200 recrutas que ficam aquém das expetativas. Deixou ainda alguns esclarecimentos, evitando falar nos últimos 30 anos, esclareceu não poderem ir além dos 200 recrutas que estão a prever de
10 forma rigorosa, que são 125+30+30+15 de flexibilidade na lista de graduação, aqueles que em 2010 a 2013 tentaram “estourar” com a Companhia dos Bombeiros Sapadores e tentaram distribuir os homens pelas Associações Humanitárias, não fazem parte dos argumentos desta Câmara. Deixou ainda diversos esclarecimentos. -----

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) disse que este documento vem na sequência de outros, e seria
15 interessante dizer qual a metodologia de trabalho, bem como tentar explicar o porque a partir de 15,4 ocorrências em média/ano, passaram para o número de 200. Questionava, ainda, se as 2 Companhias se irão localizar no mesmo espaço, ou se irá haver um Posto Avançado, por exemplo no Centro Histórico ou nos Parques Industriais. Deixou ainda algumas questões que pretendia fossem esclarecidas. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, referiu que, dado o reconhecimento que
20 aquilo que o senhor disse é verdade e tudo o resto é fantasia, quando dizem ser necessário haver rigor no documento, e em concreto ao que aqui está em discussão, a CBS passou 17 anos, dos quais foram Mandatos PSD, sem ter uma Recruta, sem comprar uma viatura, em 2013 metade das viaturas estavam paradas, tudo porque no leque das prioridades da Câmara Municipal, foram postergadas as prioridades dos Bombeiros Sapadores. Referiu que o senhor Deputado nunca se questionou quanto aos custos envolvidos. Deixou ainda
25 diversos esclarecimentos aos senhores deputados, quanto às questões colocadas, nomeadamente no que concerne as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, dizendo que, se tivessem feito reuniões de trabalho com as Associações não teriam hoje que colocar essas questões. -----

Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD) disse ter sido claro desde o início, terem tido informações e opiniões internas e externas que defendiam o voto favorável. Consideram que o facto de Vila Nova de Gaia
30 ter um Batalhão irá permitir empoderar e ensinar, melhorar a qualidade dos voluntários e, se fosse Presidente da Câmara Municipal, faria o mesmo. Disse, que o senhor Presidente da Câmara Municipal não pode esquecer o Art.º 22º nº 4 na alínea a) do Regimento da Assembleia Municipal, o qual explicita que os deputados municipais devem acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Teceu ainda um comentário relativamente ao que se passou na última Assembleia com um deputado de outro Partido, que
35 não do PSD. Disse que se passaram coisas inacreditáveis, solicitando ao senhor Presidente da Mesa que, nesta Assembleia, tal nunca mais se venha a verificar e que ocorreu, nomeadamente, o recurso a um vocabulário inqualificável. -----

5 **Defesa da Honra do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues:** disse pretender que o senhor Deputado Fernando Almeida explicitasse se essas palavras menos apropriadas partiram do senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

O Senhor Presidente da Mesa disse que tal assunto já foi tratado em Conferência de Líderes, solicitando ao senhor Deputado Fernando Almeida que esclarecesse o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

10 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** disse ao senhor Presidente da Mesa para pugnar no sentido de que nunca mais se ouvisse nesta Assembleia determinado tipo de palavreado que se ouviu na penúltima Assembleia, mas que esse tipo de palavreado não foi proferido pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, agradeceu ao senhor deputado pela referência, tinha essa noção, mas pretendia que fosse explicitada porque a generalização fica mal. -----

15 **Senhor Deputado Fernando Almeida (PSD)** disse ao senhor Presidente que poderia dizer quem foi, mas não o faria, porque toda a gente ouviu. -----

Senhora Deputada Luísa Ferreira (BE) referiu não poder deixar de dizer algumas coisas, sendo que, nem no debate político nem em qualquer tipo de debate se permite ter um estilo provocatório, pelo que não entrará nesse tipo de respostas. Disse, que relativamente ao texto do BE, que terá ficado claro no 1º parágrafo que o BE apoia esta medida da Câmara Municipal, deixando as devidas razões que o justificam, reconhecendo o apoio dado aos Bombeiros, em geral, e das Associações Humanitárias. -----

20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** disse à senhora Deputada que perante a superioridade moral da senhora Deputada, o silêncio é a melhor coisa que pode fazer, a senhora deputada demonstrou que a sua superioridade moral ficou aqui evidenciada.-----

25

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.1.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade-----

30 **2.2. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Relatório do Procedimento de Alteração ao Regulamento da Taxa de Cidade de Vila Nova de Gaia”.**-----

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) referiu que o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente, acompanhando as alterações propostas e ficando satisfeito porque há 3 anos, fizeram algumas sugestões que estão agora refletidas neste documento. Agradecem, assim, essa inclusão. -----

35

5 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, respondeu ao senhor Deputado Paulo Martins, reconhecendo que, na altura, quem invocou a questão dos Parques de Campismo teve razão, não tinham antecipado essa questão, tendo sido a experiência da vida que levou a esta revisão.-----

10 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.2.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 **Ponto 2.3. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato de Mandato a celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e a GAIURB – Urbanismo e Habitação, tendo em vista a Manutenção e Reabilitação em Edifícios Públicos Municipais, bem como a Reabilitação de Frações no âmbito do Acordo Operativo do Programa 1º Direito – Programa de Acesso à Habitação, no valor global de € 13.321.625,00 (treze milhões, trezentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e cinco euros)”.** -----

20 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.3.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25 **Ponto 2.4. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Empreitada Pavilhão Multiusos dos Arcos do Sardão – Aprovação da Reprogramação de Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pela resolução da AR 86/2011, de 11 de abril, nos seguintes termos:**

- Ano 2022 - € 1.509.851,74 + IVA (um milhão, quinhentos e nove mil, oitocentos e cinquenta e um euros e setenta e quatro cêntimos);
- 30 •Ano 2023 - € 4.839.167,64 + IVA (quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil, cento e sessenta e sete euros e sessenta e quatro cêntimos);
- Ano 2024 - € 1.637.980,62 + IVA (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, novecentos e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos)”. -----

5 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.4.-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 42 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do PAN e 01 do IL) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CH).-----

10

Ponto 2.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto a Dar sem Efeito a Deliberação da Assembleia Municipal de 28 de março de 2022, referente ao Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de Lojas no Edifício de Passageiros da Estação Ferroviária de General Torres, substituindo-a por nova, nos seguintes termos:

15 Aprovar a celebração do Contrato de Subconcessão de Uso Privativo de 03 (três) Lojas no Edifício de Passageiros da Estação Ferroviária de General Torres (ID 9352), ao KM 333,342 da Linha do Norte, com área total de 895 m2 (Loja 1 com a área de 350 m2, Loja 2 com a área de 218 m2 e Loja 3 com área de 327 m2), assinaladas nas Plantas anexas, pertencentes ao Domínio Público Ferroviário, pelo prazo de 20 (vinte) anos, com início na data da assinatura do contrato, podendo mesmo ser renovado por períodos sucessivos de 5 (cinco) anos, até ao limite máximo de 2 (duas) renovações, mediante pagamento mensal de € 4.000,00 (quatro mil euros) à IP – Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A., ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, sendo atualizado no segundo ano e seguintes com base no índice de preços do consumidor no continente, publicado pelo INE, com referência aos últimos 12 (doze) meses. À assunção do correspondente compromisso plurianual e aprovação da respetiva minuta do contrato de subconcessão”.-----

25

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.5.-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 da CDU, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN) e 01 abstenção do IL.-----

30

Ponto 2.6. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Relatório Final do Procedimento do Regulamento de Exploração de Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar de Vila Nova de Gaia e outras formas de jogo e respetiva Nota Justificativa” -----

35

5 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.6.**-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 47 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 da CDU, 02 do CDS, 02 do BE, 01 do PAN e 01 do IL) e 01 abstenção do CH.-----

10

Ponto 2.7. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Fundo de Recuperação COVID-19 – Entidades Locais Sem Fins Lucrativos – Alteração do nº 1 do artigo 4º”

15 **Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD)** tendo já o Grupo Municipal do PSD votado favoravelmente esta iniciativa e tendo sugerido algumas das medidas plasmadas neste documento, questionava se, dada a reunião de CLAS prevista para o próximo dia 21 de junho, havia alguma informação adicional que possam partilhar e que possa, eventualmente, vir a colocar em causa este projeto. Questionava qual está a ser o impacto deste projeto e a adesão das respetivas entidades até ao momento, se já existem candidaturas formalizadas e quais.-----

20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** respondeu ao senhor Deputado que o interesse foi grande terem avançado com este Fundo em concreto, para as Entidades Sem Fins Lucrativos, o outro foi para as Juntas de Freguesia, que não suscitou dúvidas. Quando se avançou com os das IPSS’s, o volume elevado de investimento e tipo de Regulamento, tentaram que este fosse suficientemente aberto para permitir que uma IPSS que, por exemplo, queira reparar um esquentador, o possa fazer. Por isso se
25 agendou uma reunião de CLAS para o dia 21 de junho, dando nota que se permitirá que depois destas IPSS’s, com informações mais detalhadas, se possam posicionar. Disse ainda esperar que, na Sessão de Setembro desta Assembleia, fosse possível dar um balanço, ainda que sem os resultados finais, da adesão a este Programa e dos montantes em causa.-----

30 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.7.**-----

Votação: Aprovado por Unanimidade.-----

5 **Ponto 2.8. da Ordem de Trabalhos “Proposta da Câmara Municipal quanto à Alteração do PDM de Vila Nova de Gaia – Transposição para o PDM de Normas do Programa da Orla Costeira Caminha – Espinho, para Conhecimento.**-----

10 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** usou da palavra dizendo que o documento vinha a conhecimento dos senhores deputados porque por Lei não é votada, dando nota de que esta transposição não altera em nada a defesa da Orla Costeira, prestando alguns esclarecimentos aos senhores Deputados sobre a matéria.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.8.-----

15 **Votação: Aprovado por Unanimidade.**-----

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (Vide anexo nº2).-----

20 **O Senhor Presidente da Mesa** deu nota de que julgava ser dispensável, mas que afinal era necessário, referir que o Regimento da Assembleia Municipal, no seu art.º 10º alínea c), faz incumbir o respeito da dignidade da Assembleia Municipal e, na sua alínea e), a contribuição pela sua diligência para o prestígio dos trabalhos da Assembleia. Recordava que a Conferência dos Representantes é também Regimental e vinculativa para quem lá está sob pena de alguém ter de deixar de estar, porque considera aquilo algo despiciente. Este assunto foi tratado e é lamentável. Se a Mesa ouvir algum insulto de alguém em particular, está previsto também no Regimento, o tipo de consequências que isso poderá ter. A terminar, disse esperar não ter que voltar a ler o Regimento.-----

30 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram vinte e três horas e dezoito minutos do dia nove de junho do ano de dois mil e vinte e dois, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

5

O Primeiro Secretário

(José Manuel de Almeida Couto)

10

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)